

A herança de Rubião

Marcos Rogério Cordeiro Fernandes | UFMG

Resumo: Estudo sobre o romance Quincas Borba (1892), de Machado de Assis, com interesse em investigar como a trama narrativa internaliza problemas históricos e sociais. A análise vai procurar relacionar a implantação do capitalismo financeiro e a justaposição de estruturas sociais contraditórias como efeito do processo de modernização da sociedade brasileira no período abordado no livro. Com isso, veremos como questões extra-artísticas são incorporadas e se tornam estruturas internas da obra literária.

Palavras-chave: Machado de Assis, Quincas Borba, análise textual.

Quando o filósofo Quincas Borba morreu, deixou a seu amigo Pedro Rubião de Alvarenga – que também lhe servia de acompanhante e enfermeiro, além de lhe administrar a casa – uma rica herança. Essa herança ativa um movimento que o transforma de ex-professor em homem de negócios e deve ser compreendida como chave para uma análise materialista de *Quincas Borba*. Quer dizer, a herança de Rubião possui dois lados: um deles voltado para a trama propriamente dita, na medida em que determina o destino do protagonista; outro, voltado para os problemas históricos, que delimitam um quadro da sociedade brasileira. Trata-se, portanto, de dois lados de um único processo, coeso e estruturado como forma do romance. Partindo deste princípio integrativo, veremos como Machado de Assis problematizou a sociedade brasileira, não como um todo homogêneo, um pano de fundo para as ações da trama, mas como um processo em formação, cujo

movimento estrutura problemas escolhidos e os internalizam à economia formal da ficção.

Meu objetivo não é analisar o processo histórico como um todo, mas interpretar os desdobramentos de certo fato inscrito no romance, a partir do qual procurarei reconstruir a visão crítica de Machado de Assis em relação ao processo de modernização em curso no país naquele período. Dentre tantos aspectos de ordem histórica – o livro cobre um período curto (1867–1871) durante o qual ocorreu uma série de eventos relevantes, como a guerra do Paraguai, a Lei do Ventre-livre, a mudança de governo e a criação do “Poder Moderador”¹ – alguns integram o viés analítico do romance naquilo que diz respeito mais exatamente à trajetória de Rubião depois que recebe a herança: ele abandona a pequena cidade onde vive, que considera acanhada e ressentida contra si, e parte para o Rio de Janeiro, centro nervoso da vida nacional, onde se estabelece como homem de negócios e trava relações com o que julga ser a nata da sociedade. Isso nos leva a dois aspectos que aqui interessam analisar: os percalços da implantação do capitalismo financeiro no Brasil, ainda dependente de formas de relação e de produção pré-capitalistas (ou até anticapitalistas) e as ambigüidades e contradições criadas a partir da justaposição de estruturas históricas díspares, que ligavam e antepunham impulsos modernizadores e reações conservadoras.

Como desdobramento de tudo isso, temos ainda a intensificação dramática da personalidade de Rubião, que, incapaz de dominar o âmbito econômico no qual se inscreve e balançando entre duas estruturas históricas contraditórias, inicia um movimento que o leva à alienação, entendida aqui em sua relação com o processo histórico e social e não como manifestação de uma personalidade carnavalizada, esquizofrênica, pessimista ou trágica.²

1. John Gledson analisou os aspectos históricos implicados em *Quincas Borba*, mas com propósitos bem diferentes dos que apresento aqui. Sua ênfase recaiu especial e quase exclusivamente sobre a política. Ver GLEDSON, 1986.

2. Meu interesse é eminentemente materialista, isto é, tem a preocupação de analisar a personalidade de Rubião a partir de sua correlação com um conjunto de problemas de ordem histórica. Daí que declino das interpretações de tendências psicológicas. Essas podem ser encontradas – com maior ou menor profundidade e níveis diferentes de qualidade – nos estudos de Riedel (1974, p. 1-29); Lopes (1974, p. 148-181); Freitas (2001, p. 68-70); e Senna (1998, p. 63-79).

Assim, o percurso de vida de Rubião (da herança à loucura) será aqui compreendido como uma espécie de “redução estrutural”³ das transformações que ocorreram no Brasil naquela época.

Percalços do capitalismo no Brasil

Com interesse voltado para os problemas relativos à economia, vemos que sua presença se realiza nos detalhes, o que a torna um elemento estruturador do romance.⁴ Não interessa aqui fazer um levantamento dos bens de Rubião ou qualquer outro personagem, apontar objetos de consumo, analisar a classe social dos personagens ou qualquer coisa do tipo. Em outras palavras, o objetivo não é levantar ou correlacionar dados, mas investigar as implicações dos dados econômicos sobre a ficção e como a ficção configura esses dados sem os reproduzir, mas problematizando-os.

Elemento fundamental na economia moderna e no enquadramento ficcional de *Quincas Borba*, o capital chega às mãos de Rubião mediante herança, que recebe do amigo Quincas Borba (capítulo quatorze), que, por sua vez, recebeu de um velho tio de Minas (capítulo cento e nove de *Memórias póstumas de Brás Cubas*). Este dado não é casual nem secundário: uma vez que vigorava o trabalho escravo no Brasil, existe grande dificuldade em identificar a gênese e o desenvolvimento do processo de acumulação primitiva; logo, como não se observa

3. CANDIDO, 1993, p. 9.

4. A concepção propriamente machadiana sobre economia ainda espera estudos longos e completos. Um indício da pertinência do assunto está contido no livro organizado pelo ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que recolhe crônicas em que a economia é o grande tema das reflexões. A introdução, que exorta novos estudos (FRANCO, 2007, p. 13-36), apresenta a hipótese de que “as coisas econômicas [desfilam] sob os olhos deste observador [Machado], surpreendentemente atento e bem informado, inclusive nas mais engenhosas maquinações” (p. 16), afinal, “como explicar a dedicação consistente e sistemática de nosso maior e mais exuberante escritor a um tema maçante até para economistas?” (p. 20). Esta introdução, no entanto, embora abra os olhos para um tema de rendimento seguro, deixa muito a desejar na tarefa de analisar como Machado internaliza essa visão peculiar e penetrante sobre economia no seu próprio sistema de representação; falta, portanto, na fortuna crítica machadiana, estudos (no plural) que procurem integrar a concepção de economia à concepção de linguagem nutridas por Machado de Assis.

os mecanismo de formação de riqueza, ela já aparece pronta. O fato de não encontrarmos este processo exposto em *Quincas Borba*, ou em qualquer outro livro de Machado de Assis, mostra como ele identificou um problema de ordem econômica e como ele o internalizou, tornando-o elemento estruturador da trama romanesca. A prova disso vem quando observamos com cuidado e interesse a herança deixada a Rubião.

Quando o testamento foi aberto, Rubião quase caiu para trás. Adivinhais por quê. Era nomeado herdeiro universal do testador. Não cinco, nem dez, nem vinte contos, mas tudo, o capital inteiro, especificados os bens, casas na Corte, uma em Barbacena, escravos, apólices, ações do Banco do Brasil e de outras instituições, jóias, dinheiro amoedado, livros, - tudo finalmente passava às mãos de Rubião, sem desvios, sem deixas a nenhuma pessoa, nem esmolas, nem dívidas. (p. 654)⁵

Nota-se que o total não se resume a moeda sonante, a ser utilizada no sustento ou na compra de qualquer bem, mas inclui escravos, títulos, apólices, imóveis etc., um patrimônio que possibilitará a multiplicação do investimento inicial. Portanto, não se trata de dinheiro, mas sim de capital.

A trajetória da ascensão social de Rubião é apresentada de maneira bastante clara. Depois de receber a herança, ele parte para o Rio de Janeiro, onde estabelece novas relações de amizade e convívio com a “boa sociedade” fluminense e passa a ser conhecido como um eminente capitalista (p. 667, 670). Usa seu cabedal como modo legítimo de estabelecer vínculos e azeitar intimidades, oferecendo recursos a qualquer um que precisasse de dinheiro. Aos poucos, Rubião adquire o hábito de abrir impulsivamente a carteira para agradá-los: para Camacho, que o iludiu com a idéia de que poderia tomar assento na Câmara, Rubião subscreveu cinco contos para o jornal que aquele dirigia em nome do partido (p. 695); para a comissão de ajuda à população de Alagoas, que sofria com uma epidemia – comissão essa encabeçada por Sofia – “subscreveu logo quantia grossa” (p. 721) e depois mais cinco contos para a mesma finalidade (p. 734); para um rapaz que lhe trouxe bilhete, deu dez tostões, não sem antes dizer que “quando precisasse algum dinheiro, viesse procurá-lo” (p. 724-735); deu mais cento e vinte mil réis para a mãe de um

5. As citações de *Quincas Borba* serão feitas no corpo do trabalho, indicadas com o número da página correspondente. As citações foram retiradas de MACHADO DE ASSIS, 1994, v. 1, p. 641-806.

conhecido que se encontrava doente (p. 716) e depois custeou as despesas com velório e enterro (p. 728). Além disso, fazia largas contribuições para a publicação de livros que não lia e outros tantos jornais que também não lia (p. 760), sem falar nos incontáveis presentes para Sofia e nos objetos de luxo que adquiria para casa.

Isso tudo são exemplos que servem para analisar a personalidade de Rubião, não tanto como excêntrica ou compulsiva, mas como parte de um processo de sociabilidade. Em outras palavras, dentro desta lógica de raciocínio, a alienação de Rubião advém do fato de não se inserir adequadamente no mundo moderno – ao qual procura pertencer – cujo sentido se faz, desfaz e refaz no sistema de trocas e usos de valor que o capital adquire. É o que transparece numa conversa entre Rubião e Palha, quando o narrador se refere a ele como alguém que “tinha mania de colecionar [moedas], para contemplação” (p. 734) ou quando ele mesmo afirma, em tom de graça, que “tinha dinheiro para dar e vender” (p. 735). Ora, trata-se de dois modos distintos de desrespeito às regras da economia moderna: no primeiro caso, Rubião age como um entesourador, alguém que procura expandir valor, poupando, ou seja, tirando dinheiro de circulação, a mesma circulação que garante que o dinheiro tenha valor;⁶ no segundo, ele subtrai a propriedade que o dinheiro possui, que é comprar. Para compreender melhor até que ponto Rubião viola as regras da economia política moderna – e introduz em seu lugar uma lógica antieconômica amalucada – é preciso recordar certas noções básicas que a caracterizam.

A circulação constitui o ponto de partida do capital e pode assumir formas diversas: como *forma simples*, a circulação converte mercadoria em dinheiro que é reconvertido em mercadoria (M-D-M) – é vender para comprar; como forma específica, isto é, propriamente capitalista, propriamente moderna, a circulação converte o dinheiro em mercadoria que é reconvertida em dinheiro (D-M-D) – é comprar para vender. É aqui que dinheiro e capital se distinguem e se opera a metamorfose do primeiro no segundo, operação que reúne dois movimentos opostos: o primeiro movimento é de compra, quando se transforma dinheiro em mercadoria (D-M), o segundo é de venda, quando se transforma mercadoria em dinheiro (M-D). No final da operação, o que se obtém é a transformação de dinheiro em dinheiro, mas esse, transformado, já é o dinheiro acrescido de lucro (D'). Se não fosse por

6. Karl Marx classifica o entesourador como um “capitalista enlouquecido” (1996, livro 1, v. I, p. 173), pois seu trabalho confunde-se com o de Sísifo, sem fim e sem proveito (idem, p. 147). Antes dele, a economia clássica já condenava a atividade de entesouramento. Para Malthus, por exemplo, “o princípio da poupança, levado ao excesso, destruiria a motivação de produzir” (1996, p. 151).

essa transformação, a lógica de toda operação não funcionaria como lógica econômica no sentido moderno, seria somente uma troca de equivalentes (D-D). O que se troca, portanto, não é o conteúdo, mas o valor, categoria abstrata que faz todo sistema funcionar.

É essa a lógica do sistema capitalista, na qual o dinheiro (que serve para comprar) deixa de ser dinheiro e se torna capital (lucro reconvertido em investimento),⁷ que Rubião não entende, pois quando ele decide colecionar dinheiro para seu deleite pessoal ou quando afirma possuir dinheiro para dar, ele está retirando o dinheiro de seu ciclo de acumulação, está interrompendo um sistema que se retroalimenta operando metamorfoses contínuas do valor e sua função (ora como dinheiro, ora como mercadoria) e, assim, o valor deixa de ser móvel para ficar imóvel. Isso ocorre porque a transformação do dinheiro em capital não ocorre no próprio dinheiro, pois ao realizar a função de compra, o dinheiro realiza o preço da mercadoria, mas, ao concluir essa etapa, ao equivaler-se à mercadoria, o dinheiro petrifica-se. Ao financiar luxo e conforto para si e para os amigos, Rubião manipula o dinheiro em sua forma simples, como mero equivalente de mercadorias (vinhos, jóias, livros, móveis etc.), mas não como capital, que exige sua inserção num sistema de operações que o multiplique infinitamente. Para se ter idéia mais clara do grau de adiantamento e de perspicácia crítica da visão machadiana a respeito deste problema, compare-se esse arranjo com o de José de Alencar em *Senhora*. Aurélia utiliza o capital que dispõe (também adquirido por meio de herança) para comprar marido e, neste caso particular, sua atitude se mostra tão antiprodutiva quanto a de Rubião. A diferença está no tom de análise de um e outro escritor: enquanto no romance de Alencar o dinheiro aparece como elemento corrosivo, que afeta e deturpa a moral e a ética dos personagens, mostrando a degradação de uma sociedade que se aburguesava, no de Machado o dinheiro aparece como elemento social que carece de manipulação gerencial, sem a qual a engrenagem que o sustenta desagrega levando junto o destino dos personagens. Em *Senhora*, a análise parece estar voltada para a condenação do sistema, em *Quincas Borba* está voltada para a sua compreensão enquanto tal.

Voltando à análise, o processo de loucura de Rubião (a perda de domínio sobre si mesmo) ocorre *pari passu* com o desperdício de dinheiro (a perda de controle sobre o patrimônio), como se pode comprovar numa cena em que ele explode num acesso de ciúmes, imaginando uma conversa dura com Sofia – de quem suspeitava

7. Ver MARX, 1996, livro 1, v. I, p. 165-197 e livro 2, v. III, p. 27-87. Uma análise mais palatável pode ser encontrada em Grespan (1999) e Coutinho (1997).

ser amante de Carlos Maria – prometendo vingança a custo de um dispêndio fabuloso de dinheiro.

Digo-lhe que achei uma carta, assim e assim, pensou Rubião; e antes de lhe dar a carta, vejo bem a cara dela, se fica aterrada ou não. Talvez empalideça; então ameaço-a, falo-lhe da Rua da Harmonia; juro-lhe que estou disposto a gastar trezentos, oitocentos, mil contos, dois mil contos, trinta mil contos, se tanto for preciso para estrangular o infame... (p. 726)

Como se vê, o dinheiro de Rubião serve para tudo o que – segundo as regras da economia moderna – não serve para nada e se torna um ingrediente a mais que movimenta o seu delírio. Comparando com Palha, o contraste revela muito a respeito de ambos e mais ainda sobre o sistema que está sendo analisado. Eles se conheceram no percurso entre Vassouras e Rio de Janeiro e, de estalo, Rubião confessa ser herdeiro universal de um amigo rico – “os olhos de Palha brilharam instantaneamente” (p. 658). Os laços se estreitam e, em pouco tempo, eles firmam sociedade:

Rubião é sócio do marido de Sofia, em uma casa de importação à Rua da Alfândega, sob a firma Palha e Comp^a. Apesar de fácil, Rubião recuou algum tempo. Pediam-lhe uns bons pares de contos de réis, não entendia de comércio, não lhe tinha inclinação. Demais, os gastos particulares já eram grandes; o capital precisava de regime do bom juro e alguma poupança, a ver se recobrava as cores e as carnes primitivas. O regime que lhe indicaram não era claro; Rubião não podia compreender os algarismos do Palha, cálculos de lucros, tabelas de preço, direitos de alfândega, nada; mas a linguagem falada supria a escrita. Palha dizia coisas extraordinárias, aconselhava ao amigo que aproveitasse a ocasião para pôr o dinheiro a caminho, multiplicá-lo. (p. 702-703)

Note-se que é Palha quem dirige todas as ações, quem determina a direção e o volume dos empreendimentos, quem conhece o jargão do mundo dos negócios e os mecanismos que regulam o sistema de circulação de mercadorias e as condições de lucro. Note-se também que é em seu nome que a companhia fica registrada, pondo em ata, aqui, mais uma das *formas* do capital: o fetiche da mercadoria, que se caracteriza justamente pelo fato de ocultar as formas de sua manifestação; ou seja, pensando exclusivamente no romance, o que a firma oculta é a sua existência enquanto propriedade – aparentando pertencer a um (Palha), ela na verdade pertence ao outro (Rubião, que foi quem investiu o capital), mas,

o que vale, pensando no sistema, é a aparência.⁸ Rubião também ignora isso. As conseqüências ficam claras quando Palha propõe dissolver o negócio e acabar com a sociedade – na verdade um embuste mediante o qual Palha pretendia assumir a firma sozinho: “[Palha] ia ver-se livre de um sócio, cuja prodigalidade crescente podia trazer-lhe algum perigo. [...] Um dos motivos da separação era justamente não ter que dividir com outros os lucros futuros” (p. 755). O final da cena apresenta uma situação que, além de engraçada, reproduz a lógica econômica insana de Rubião: Palha propõe ressarcir o ex-sócio e esse nega receber qualquer quantia:

Um dia, o Palha, querendo dar-lhe à força algum dinheiro, repetiu o provérbio: “Paga o que deves, vê o que te fica”.
Mas o Rubião, gracejando:
– Pois não pagues, e vê se te não fica ainda mais.
– É boa! Redargüiu o Palha rindo e guardando o dinheiro no bolso. (p. 755)

Com o perdão do trocadilho, o Palha é um pulha – todos que já leram o livro sabem disso: ele enfeita a esposa com jóias e vestidos decotados para exibí-la nas festas onde fecha negócios, ele engana Rubião de todas as formas comerciais possíveis, ele faz e desfaz amizades conforme a conveniência, etc. Mas, enquanto agente social em meio aos atropelos econômicos, Palha se revela como um excelente capital humano, modelando sua ética com o fim de garantir sua sobrevivência no mundo dos negócios e alcançar o sucesso. Se observarmos o debate que sucedeu na filosofia econômica entre fins do século XVIII e início do século XX, veremos que se dá grande importância ao capital humano, entendido como um recurso econômico tão importante quanto os meios de produção. Isso traz um fator novo: a qualidade pessoal, a qualidade dos agentes econômicos envolvidos no sistema, deve levar em consideração seu treinamento, sua aptidão e sua ética. Aqui encontramos uma divergência importante: enquanto alguns economistas e sociólogos, como David Ricardo e Max Weber, defendem a retidão moral, aceitando a idéia de que o equilíbrio emocional e intelectual favorece a boa gestão, outros, como Stuart Mill, acreditam que a capacidade do bom gestor é medida por sua iniciativa para ir além das normas morais e éticas socialmente aceitas. Essa violação de regras deve ser feita, no entanto, em favor do aperfeiçoamento do sistema e

8. MARX, 1996, livro 1, v. I, p. 79-93.

9. FONSECA, 1995, p. 157-185.

não para desconstruí-lo.⁹ Ora, não é outro o caso do Palha: ele faz uso de uma ética bastante discutível, tanto do ponto de vista familiar quanto do ponto de vista social, em favor de seu auto-interesse, em primeiro lugar, mas que ajuda a aprofundar as bases do sistema capitalista. Na falta de outro recurso de captação de recursos econômicos, Palha insinua a esposa, ludibria os amigos em favor de outros que também são ludibriados, realiza negócios escusos etc. – são formas legítimas de acumulação primitiva.¹⁰

Voltando à comparação com Rubião, quando esse afirma que tinha dinheiro “para dar e vender”, Palha acrescenta, entre irônico e aflito, “para vender só” (p. 735); quando Rubião lhe pede dinheiro – na verdade, dividendos da firma – ele se opõe, resiste, mas acaba cedendo, afinal Rubião é sócio da companhia, um sócio perdulário, é verdade, mas sócio (p. 734, 740); por fim, quando a derrocada de Rubião já era certa, Palha faz algumas considerações que foram desprezadas por nosso herói durante todo o romance, como venho apontando aqui.

– [Rubião] era rico – mas gastador. Conhecemo-lo quando veio de Minas, e fomos, por assim dizer, o seu guia no Rio de Janeiro, aonde não voltara desde longos anos. Bom homem. Sempre com luxo, lembra-se? Mas, não há riqueza inesgotável, quando se entra pelo capital; foi o que ele fez. Hoje creio que tenha pouco... (p. 775-776)

Todas essas implicações das formas do capital no romance têm seu significado aprofundado quando se analisa o outro Quincas Borba. Na verdade, o cão é a figura mais complexa e mais pertinente para se compreender o jogo de representações econômicas implícito no livro, pois ele é a representação alegórica do capital, isto é, uma representação que não é evidente, nem clara, nem completa, mas que é efetiva.¹¹ Isso fica registrado no testamento que trazia a herança de Rubião.

10. Para que se pense melhor o pudor de como se realiza o processo de acumulação, ver Marx (1996, livro 1, v. II, p. 828-862). No que diz respeito à literatura brasileira, um bom exemplo para penetrar nos interstícios perversos do processo de acumulação é *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo.

11. A melhor reflexão a respeito do caráter concreto das imagens alegóricas continua sendo a de Walter Benjamin: “Sem ao menos uma compreensão intuitiva da vida do detalhe através da estrutura, a inclinação do belo é um devaneio vazio. A estrutura e o detalhe em última análise estão carregados de história. O objeto da crítica filosófica é mostrar que a função da forma artística é converter em conteúdos de verdade, de caráter filosófico, os conteúdos factuais, de caráter histórico, que estão na raiz de todas as obras significativas” (BENJAMIN, 1984, p. 204).

Uma só condição havia no testamento, a de guardar o herdeiro consigo o seu pobre cachorro Quincas Borba, nome que lhe deu por motivo da grande afeição que lhe tinha. Exigia do dito Rubião que o tratasse como se fosse a ele próprio testador, nada poupando em seu benefício, resguardando-o de moléstias, de fugas de roubo ou de morte que lhe quisessem dar por maldade; cuidar finalmente como se cão não fosse, mas pessoa humana. (p. 654)

A exigência é engraçada, além de insólita e improvável, mas é efetiva: cria-se um vínculo apertado (e indissolúvel, se a alegoria for entendida como tal) entre o cão e o dinheiro – por que o cão é o melhor amigo do homem? por que o dinheiro é uma companhia indispensável na sociedade moderna?¹² Seja como for, a partir do momento em que, por exigência testamentária, o recebimento da herança se encontra condicionado à posse do cão, a relação entre ele e o capital se torna indissolúvel, embora matizada de muitas e diferentes maneiras, o que oblitera, mas não desarticula o vínculo. A prova disso é que Rubião, que nunca antes simpatizara com o cachorro, havendo mesmo mandado dá-lo a uma antiga conhecida, de repente se dá conta de que pode perder tudo caso não tenha o cão junto de si.

– Quincas Borba! Quincas Borba! eh! Quincas Borba! Bradou entrando em casa.

Nada de cachorro. Só então é que ele se lembrou de havê-lo mandado dar à comadre Angélica. Correu à casa da comadre, que era distante. De caminho acudiram-lhe todas as idéias feias, algumas extraordinárias. Uma idéia feia é que o cão tivesse fugido. Outra extraordinária é que algum inimigo, sabedor da cláusula e do presente, fosse ter com a comadre, roubasse o cachorro, e o escondesse ou matasse. Neste caso, a herança... passou-lhe uma nuvem pelos olhos. (p. 655)

A narrativa, portanto, estabelece uma relação causal entre a posse do capital e o cão, relação que Rubião reconhece e que vai orientar suas ações daí

12. Em “Miss Dóllar” (MACHADO DE ASSIS, 1994, v. 2, p. 27-44), que integra *Contos fluminenses*, de 1870 – portanto, dezesseis anos antes do início da publicação de *Quincas Borba* em folhetim e vinte e um anos antes de seu formato definitivo em livro –, temos a construção de uma relação semelhante. O conto é cheio de situações ambíguas que remetem ao processo de modernização capitalista no Brasil, sem descuidar do arranjo da trama, cuja feição romântica engana.

por diante. Por isso, faz-se importante analisar cada parte desta relação e a relação em si, que apresenta dois aspectos.

Um deles mostra o descaso de Rubião pelo cão, o que, considerando a relação alegórica, faz coincidir com o descuido de Rubião com o capital. Explicando melhor: como vimos, Rubião faz uso de dinheiro sem se preocupar em garantir os meios necessários para sua reprodução, ele gasta seu dinheiro à revelia, sem método ou plano, essa atitude corresponde ao modo displicente como ele trata o cachorro:

A vida ali não é completamente boa nem completamente má. Há um moleque que o lava todos os dias em água fria, usança do diabo, a que ele não se acostuma. Jean, o cozinheiro, gosta do cão, o criado espanhol não gosta nada. Rubião passa muitas horas fora de casa, mas não o trata mal, e consente que vá acima, que assista ao almoço e ao jantar, que o acompanhe à sala ou ao gabinete. Brinca às vezes com ele; fá-lo pular. Se chegam visitas de alguma cerimônia, manda-o levar para dentro ou para baixo e, resistindo ele sempre, o espanhol toma-o a princípio com muita delicadeza, mas vinga-se daí a pouco, arrastando-o por uma orelha ou por uma perna, atira-o longe, e fecha-lhe todas as comunicações com a casa. (p. 662)

O outro exemplo vai além disso, acentuando a disposição antieconômica de nosso protagonista. Em suas incontáveis reuniões com os convivas de praxe, quando Rubião já entra sistematicamente no capital para satisfazer as necessidades de um ou outro e todos se aproveitam de sua prodigalidade, ocorre uma cena exemplar: em meio às novas relações sociais que não param de crescer, Rubião dá continuidade aos hábitos mundanos, promovendo jantares onde se reúne todo tipo de gente que prova dos charutos, da bebida e da comida, dos charutos do anfitrião, além de receberem dinheiro vivo na forma de empréstimos que nunca seriam pagos. Nessa ocasião, esses convivas brincam levianamente com o cão, da mesma maneira que se sentem muito à vontade com as coisas que o dinheiro de Rubião pode comprar.

As relações de Rubião tinham crescido em número. Camacho pusera-o em contato com muitos políticos, a comissão de Alagoas com várias senhoras, os bancos e companhias com pessoas do comércio e da praça, os teatros com alguns frequentadores e a Rua do Ouvidor com a toda gente. Entre os [amigos] antigos e novos, houve tal e qual rivalidade, que os primeiros acentuaram bem, mostrando maior intimidade, dando ordens aos criados, pedindo charuto, indo ao interior, assobiando etc. Mas o

costume os fez suportáveis entre si, e todos acabaram na doce e comum confissão das qualidades do dono da casa. Ao cabo de algum tempo, também os novos lhe deviam dinheiro, ou em espécie – ou em fiança no alfaiate, ou endosso de letras, que ele pagava às escondidas, para não vexar os devedores.

Quincas Borba andava no colo de todos. Davam estalinhos, para vê-lo saltar; alguns chegavam a beijar-lhe a testa; um deles, mais hábil, achou de o ter à mesa, ao jantar ou almoço, sobre as pernas, para lhe dar migalhas de pão. (p. 758)

Toda cena possui um caráter elucidativo a respeito das relações sociais mediadas pelo capital, desde que se leve a função alegórica de Quincas Borba em consideração. Além disso, é mais um exemplo de como Rubião reincide em atitudes que – à luz da economia política moderna – se mostram antieconômicas. É o caso do episódio narrado no capítulo quarenta e nove, quando Palha propõe negócio a Rubião exigindo desse uma boa quantia a ser empregada. A presença de um Quincas Borba melancólico, impotente diante das ações de Rubião é um indício implícito da nota crítica do texto. Exemplos como esse não são muitos, mas são reveladores.

Rubião não cedeu logo; pediu prazo, cinco dias. Consigo era mais livre; mas desta vez a liberdade só serviu para atordoá-lo. Computou os dinheiros despendidos, avaliou os rombos feito no cabedal, que lhe deixara o filósofo. Quincas Borba, que estava com ele no gabinete, deitado, levantou casualmente a cabeça e fitou-o. Rubião estremeceu; a suposição de que naquele Quincas Borba podia estar a alma do outro nunca se lhe varreu inteiramente do cérebro. Desta vez chegou a ver-lhe um tom de censura nos olhos; riu-se, era tolice; cachorro não podia ser homem. Insensivelmente, porém, abaixou a mão e coçou as orelhas do animal, para captá-lo. (p. 703)¹³

13. O final da citação abre a possibilidade de outra interpretação: para Rubião, o cão representa a pessoa do amigo morto. Seria, assim, um desdobramento da lógica do Humanitismo (“se Humanitas reside em toda parte, existe também no cão”, p. 645) e a confirmação da vontade expressa pelo filósofo (“se eu morrer, sobreviverei no nome do meu bom cachorro”, *idem*). Nos dois casos estaríamos no âmbito das convicções de Rubião, ou seja, circunscritos à personalidade de um dos personagens. Meu interesse aqui não é analisar as idiossincrasias deste ou qualquer outro personagem do romance, mas sim o processo que, embora envolva e determine seu destino, se desenvolve independentemente dele, voltando-se sobre (ou contra) ele e dominando-o.

Assim, vemos que a herança de Rubião se apresenta como ponto de partida que estrutura a trama e configura sua personalidade. Por um lado, ela vai abrir a possibilidade para se compreender a introdução do capitalismo no Brasil – tornando certas virtualidades no campo da economia, da sociabilidade e da ética, matéria de ficção –, por outro lado, ela vai delineando os traços da personalidade do protagonista, que em seu processo de alienação, descortina outras virtualidades do enviesamento da implantação daquele sistema econômico.

Justaposição de estruturas históricas díspares

Além de tornar Rubião um reputado investidor, a herança deixada por Quincas Borba lhe proporcionou a oportunidade de mudar de ambiente. Lembremos que o protagonista é homem do interior e que se transfere para o mais importante centro urbano do país, o que permite ao romance configurar literariamente o movimento ambíguo e contraditório da modernização brasileira que se inicia no final da década de 1860 e se firma como tal na década seguinte.¹⁴ O Brasil não aparece chapado, como uma montoeira de dados e eventos, mas de maneira estruturada, apresentando um conjunto de dados escolhidos, regidos por forças que pendem entre a tradição e a modernidade, entre o arcaísmo e o progresso: de um lado, a periférica cidade de Barbacena apresenta economia ligada a formas de produção estabilizadas e quase estagnadas, vida cultural e social sem atrativos, hábitos arraigados que cultivam a convivência íntima e invasiva entre as pessoas; de outro, a cidade do Rio de Janeiro apresenta o dinamismo comercial e financeiro dos centros econômicos ligados ao mundo, a vida cultural é levada com educação e elegância, a vida mundana é marcada por sociabilidades de salão, sem intimidades, mas constantes e proveitosas. Essa configuração serve como representação da estrutura ambígua, desigual e dual de realidades históricas justapostas. Machado de Assis foi o primeiro escritor a perceber esta justaposição e torná-la um viés de composição, uma tarefa nada fácil que ele foi aprimorando aos poucos. Acredito que o grau mais elevado, o resultado mais perfeito desta forma de composição ficcional aparece justamente em *Quincas Borba*. A prova disto é que a disparidade e a complementaridade desses dois Brasis – um traço da vida nacional que ainda sobrevive¹⁵ – podem ser flagradas em

14. CARVALHO, 1998.

15. Custódia de Sena (2003) reconstruiu com cuidado e inteligência o debate sobre este assunto na sociologia brasileira, considerando aspectos históricos e literários.

muitos momentos, constituindo, portanto, o nervo do livro. Observando Rubião, por exemplo, notamos que ele se mostra como um sujeito sem lugar entre os dois mundos, pois sua imaginação ou sua reminiscência o desloca de uma situação para outra e vice-versa. Assim, quando se encontra na província se sente pressionado pela necessidade de um ambiente mais aberto, onde não existem vínculos que o oprime, e quando está na corte, sente saudades das coisas do interior, com as quais não desacostuma.

De repente, surgiu-lhe esse grave problema: – se iria viver no Rio de Janeiro, ou se ficaria em Barbacena. Sentia cócegas de ficar, de brilhar onde escurecia, de quebrar a castanha na boca aos que antes faziam pouco caso dele. (p. 655)

– Meu desejo é ficar [no Rio de Janeiro], e fico mesmo, acudiu Rubião; estou cansado da província; quero gozar a vida. (p. 658)

O criado [o] esperava teso e sério. Era espanhol; e não foi sem resistência que Rubião o aceitou das mãos de Cristiano; por mais que lhe dissesse que estava acostumado aos seus crioulos de Minas, e que não queria línguas estrangeiras em casa, o amigo Palha insistiu, demonstrando-lhe a necessidade de ter criados brancos. Rubião cedeu com pena. O seu bom pajem, que ele queria pôr na sala, como um pedaço da província, nem o pôde deixar na cozinha, onde reinava um francês, Jean: foi degradado a outros serviços. (p. 643)

Ora, se tomamos essa última cena como uma representação decantada do processo histórico e social do Brasil, temos aí uma análise envenenada do movimento de modernização que vigorava naquele momento; uma modernização que, no seu esforço e ânsia pelo progresso, apresentava traços que conservava, reproduzia e até renovava os entraves arcaicos estabelecidos.

Exemplo semelhante encontrado no romance é o de Maria Benedita. A moça se transfere da roça para a corte e, assim como nosso Rubião, seu percurso acaba revelando as disparidades entre as duas realidades aproximadas repentinamente. Maria Benedita é então instruída por sua prima Sofia nas normas de salão, além das aulas de piano e francês (capítulos LXIV e LXVIII). A graça – e também, como é comum na narrativa machadiana, a crítica – fica por conta dos desígnios desta transformação, que mostra como a necessidade de se adaptar se mistura à impostura, uma vez que essa educação não passa de um verniz que mal encobre as insuficiências:

Maria Benedita não perdia tempo: lia as tabuletas francesas, e perguntava pelos substantivos novos, que a prima, algumas vezes, não sabia dizer o que eram, tão estritamente adequado era o seu vocabulário às coisas do vestido, da sala e do galanteio. (p. 701-702)

Somados os dois exemplos, eles mostram o caráter da ilustração à brasileira: a língua cultural do mundo serve para fazer compras, conversar em festas, ler romances e preparar jantares, o que prova sua função ornamental. Tudo isso traz um significado muito importante, pois apresenta, como motivação individual dos personagens, uma característica da formação cultural brasileira: a tendência iniciada na primeira década do século XIX de assimilar e reproduzir influências estrangeiras – muito especialmente a francesa – adotá-la como se fosse próprio, na tentativa das elites se verem incluídas no mundo civilizado.

Como foi dito, o desajuste representado na trajetória desses personagens revela a justaposição de estruturas díspares, por vezes contraditórias, que o movimento histórico de modernização emparelha rapidamente sem que se possa ajustar os mecanismos de mediação. Mas se trata aqui de um movimento dentro de outro, mais amplo e do qual é conseqüência. Visto pelo prisma da dialética, a coexistência de estruturas duais no país – que o romance configurou tão bem – é um desdobramento histórico da coexistência de outra dualidade: a importação de sistemas, idéias e imagens de uma cultura estrangeira que é acomodada sem mediação à realidade local, o que traz implicações no campo da política, da cultura e da economia. Enquadrada no romance, essa outra justaposição de dualidades aparece dramatizada na consciência de Rubião. É um dado claro – e também hilário e crítico – que no seu processo de alienação, Rubião empreende um movimento de desidentificação em favor da adoção de outra personalidade, que é, a de ninguém menos, que do próprio imperador da França, Luis Napoleão. O fragmento abaixo mostra uma cena preciosa, na qual Rubião, no auge de sua despersonalização, simula uma conversa em francês com seu barbeiro, pedindo-lhe que faça um corte na barba que o deixe igual ao imperador.

[Rubião] não entendera nada; posto que soubesse algum francês, mal o compreendia lido – como sabemos – e não entendia falado. Mas, fenômeno curioso, não respondeu por impostura; ouviu as palavras, como se fossem cumprimento ou aclamação; e, ainda mais curioso fenômeno, respondendo-lhe em português, cuidava falar francês.
– Justamente! repetiu. Quero restituir a cara ao tipo anterior; é aquele. E, como apontasse para o busto de Napoleão III... (p. 766)

É interessante o fato de que Rubião escolheu imitar Napoleão III e não o seu tio, Napoleão I, o grande imperador que tomou a história nas mãos, modernizando a França, tornando-a uma potência imperialista depois da Revolução de 1789, redesenhando o mapa da Europa e do mundo nos vinte e poucos anos seguintes.¹⁶ Talvez uma boa explicação para essa faculdade de Rubião se encontre na análise feita por Karl Marx – em um dos primeiros estudos sobre o tema – quando compara os dois imperadores: citando Hegel, para logo em seguida emendá-lo, ele observa que “os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem duas vezes (...): a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.”¹⁷ Napoleão III seria, portanto, um arremedo sem sucesso de Napoleão I, a quem queria imitar – reconstruindo a França como potência econômica e política – mas não conseguiu.

Afastando um pouco, vemos que a imagem criada por Machado de Assis possui um tom de análise impressionante – que também apresenta o acabamento impalpável e efetivo da representação alegórica – e pode ser compreendida em dois níveis.¹⁸ O primeiro consiste no fato de que a alienação da consciência de Rubião na imagem de Napoleão III e o processo de modernização no qual o Brasil estava inserido se aproximarem e se equivalerem. Em ambos os casos, observa-se um processo de desidentificação – no caso de Rubião, trata-se da perda da identidade pessoal, no do país se trata da perda de identidade cultural.¹⁹ O segundo nível

16. Segundo Elias Thomé Saliba (1991), Napoleão foi o grande mito da era moderna e acabou adquirindo, por sua impetuosidade e senso de aventura, um significado muito especial principalmente entre os segmentos que viam com preocupação a ruptura com o antigo regime e a consolidação da nação.

17. MARX, 1977, p. 17.

18. Gilberto Pinheiro Passos (2000) desenvolveu uma análise panorâmica do problema, atentando para o fato de que o arremedo e a adaptação de costumes e idéias franceses no Brasil oitocentista, era algo muito comum, que afetava a vida social e o gosto literário. Neste caso, segundo o crítico, o romance *Quincas Borba* representa um ponto alto na reflexão desenvolvida sobre o tema no âmbito da ficção. De qualquer modo, convém ressaltar que o crítico não problematiza a função da figura de Luis Napoleão nos termos aqui apresentados – ele a toma dentro de recorte mais generalista, igualando-o a outros indícios da influência francesa que aparecem no romance. Ao contrário, acredito que Napoleão III possui uma função mais incisiva, cujo significado alegórico é fundamental.

19. Os anos de 1870, que aprofundaram esse tipo de modernização, produziram conseqüências que viriam a criar vinte anos depois, na mesma cidade do Rio de Janeiro, a impressão virtual de se viver na Paris da Restauração. Ver, por exemplo, Benchimol (1992) e Needell (1993).

reside no fato de Rubião imitar aquele imperador que simboliza a frustração de um projeto histórico, quer dizer, o que Rubião imita é uma tentativa de imitação, o que (aceitando novamente a alegoria, que funde ficção e história social) dá um desfecho trágico ao percurso empreendido pelo país que busca decalcar uma imagem que é, na verdade, uma miragem e ao mesmo tempo um fracasso.

Considerações finais

Procurei desenvolver uma análise que pudesse reconhecer a correspondência entre história social e extrato ficcional. Para tanto, parti de um dado escolhido do romance (a herança de Rubião) para identificar como Machado de Assis verteu uma coisa na outra, ou seja, como internalizou elementos significativos da realidade, tornando-os matéria de ficção. Neste caso, vemos que dois aspectos importantes que caracterizam o período retratado em *Quincas Borba* – a introdução do capitalismo financeiro e a justaposição de estruturas históricas contraditórias – se tornaram força de estruturação e organização interna da trama. Assim sendo, *Quincas Borba* se mostra um romance primoroso do ponto de vista da construção romanesca e ainda vale como ensaio como ensaio econômico e sociológico.

Résumé: Étude sur le roman Quincas Borba (1892), de Machado de Assis, avec l'intérêt de rechercher comment la trame du récit intériorise des problèmes historiques et sociaux. L'analyse va essayer de mettre en rapport l'implantation du capitalisme financier et la juxtaposition de structures sociales contradictoires comme l'effet du processus de modernisation de la société brésilienne dans la période abordée dans le livre. Ainsi, nous verrons comment des questions extra-artistiques sont incorporées et deviennent des structures internes de l'oeuvre littéraire.

Mots-clés: Machado de Assis, Quincas Borbas, analyse textuelle.

Referências

- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 107-129.
- COUTINHO, Maurício Chalfin. *Marx: notas sobre a teoria do capital*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Vícios privados, benefícios públicos: a ética na riqueza das nações*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- FRANCO, Gustavo H. B. (org.) *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. *Freud e Machado de Assis: uma interseção entre psicanálise e literatura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- GLEDSON, John. Quincas Borba. In: *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 58-113.
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LOPES, José Leme. *A psiquiatria de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Agis, 1974.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra completa*. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- NEEDEL, Jeffrey N. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- PASSOS, Gilberto Pinheiro. *O Napoleão de Botafogo: presença francesa em Quincas Borba de Machado de Assis*. São Paulo: Annablume, 2000.
- RIEDEL, Dirce Côrtes. *Metáfora: o espelho de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.
- SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SENA, Custódia Selma. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: UFG, 2003.
- SENNA, Marta de. *O olhar oblíquo do bruxo: ensaios em torno de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.